

SINAIS CARACTERÍSTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

OX SIAS D'AVILA¹; MARIO DUARTE CANEVER²

¹*Universidade Federal de Pelotas – oxilas@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – caneverm@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, os agricultores conseguiram desenvolver uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os processos de mercado, conforme a situação socioeconômica da unidade familiar. Isso, nada mais é, do que um processo não-linear, com avanços e reveses e, basicamente, expresso na inserção diferencial das diversas unidades de produção nos mercados. Dessa forma, a ação dos agricultores em mobilizarem um amplo conjunto de recursos fora dos mercados criam “espaços de manobra” e estratégias para manter e ampliar sua autonomia (PLOEG, 2003). Segundo BRUNO JEAN (1994), as razões da sobrevivência da produção familiar durante as décadas foram: (01) a capacidade de adoção das inovações técnicas e tecnologias na agricultura, como a introdução do trator; (02) a interação dos agricultores e a formação de associações, organizações ou cooperativas.

O termo “desenvolvimento” pode ser caracterizado como mudança, transformação, e uma transformação muitas vezes é positiva, desejada ou desejável. Desenvolvimento significa fundamentalmente obter melhorias que podem ser conseguidas se forem mantidas certas identidades culturais. Este conceito está em oposição à perspectiva de convergência cultural inerente ao conceito de desenvolvimento como modernização, ou ao que alguns denominaram de weberianismo vulgar, o qual toma desenvolvimento como transição da sociedade tradicional à sociedade moderna (MALUF, 2000).

O trabalho do qual tratamos busca esclarecer, através de uma reflexão teórica, quais e como as contribuições dos sinais característicos encontrados na agricultura familiar podem promover o desenvolvimento de determinado território ou região e como isso de fato pode acontecer.

1.1 SINAIS CARACTERÍSTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os sinais mais proeminentes na agricultura familiar são: a reciprocidade, a confiança, o cooperativismo, o associativismo, o capital social (BOURDIEU, 1980), a dádiva (MAUSS, 1974) e os laços sociais (laços fortes e fracos) (GRANOVETTER, 1973). O resultado da aplicação desses sinais relacionando-os com o desenvolvimento territorial são os mesmos, pois todos contribuem de alguma maneira para o desenvolvimento de um território. Porém, nesse estudo, optou-se por trabalhar apenas com a confiança, o cooperativismo e os laços fracos e fortes (GRANOVETTER, 1973).

Para PUTNAM (1996), a confiança está diretamente relacionada com o capital social e suas interações que possam vir a ter nas relações sociais. No meio rural, alguns empreendimentos econômicos são realizados por indivíduos ligados por um grau de parentesco, amizade ou vizinhança. A proximidade e o conhecimento mútuo entre os atores envolvidos nesses empreendimentos são fundamentais, uma vez que a externalidade desta proximidade é a confiança. Assim, o sucesso dos

empreendimentos é altamente dependente deste processo imbricando em relações de confiança. Para que aconteça a formação das redes no meio rural, os produtores precisam confiar nos seus parceiros e através dessa confiança são estabelecidas suas próprias regulações para que os negócios (comercialização) possam render resultados mais efetivos em comparação às iniciativas individuais. O cooperativismo estimula a confiança entre os componentes da cooperativa, a reciprocidade desses agentes um para com o outro, as trocas de valores culturais e humanos e os laços sociais das comunidades que integram esse sistema, que permitem a troca de informações entre os atores e a expansão das redes dentro do território ou entre territórios.

GRANOVETTER (1973) descreve como laços fortes, aqueles que os indivíduos depositam mais tempo e emoção como, por exemplo, a amizade ou ligações de parentesco. Nos laços fracos, o investimento por parte dos indivíduos é menor, não existe tanto envolvimento emocional, são as relações mais afastadas como, por exemplo, as relações com pessoas conhecidas ou colegas. Os laços fracos são decisivos porque estabelecem pontes entre as redes, permitindo assim o acesso a universos sociais diversificados e a uma maior variedade de informações. Segundo GRANOVETTER (1973), é através dos laços fracos que ocorre a expansão e forças das redes. A explicação se baseia, segundo ele, que se dois indivíduos têm relações fortes, é provável que haja uma superposição em suas relações, e a rede, como um todo, é relativamente limitada, ou seja, não evolui. Portanto, os responsáveis pela ampliação dos limites da rede, conectando grupos afastados sem ligações entre si, são devidas aos laços fracos.

1.2 DIMENSÕES DO TERRITÓRIO

Dentro da dimensão territorial, alguns autores defendem que o território é a soma de todas as relações de poder existentes em um determinado espaço geográfico. Para CUNHA (2007), o território é definido através de suas relações de domínio, controle e gestão dos indivíduos presentes em um território. Existe uma vertente que afirma que os territórios são compostos por redes, e portanto, estão interligados entre si. MARTELETO E SILVA (2004), sugerem que as redes são sistemas compostos por 'nós' e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. GRANOVETTER (1973), afirma que as redes sociais são pré-existentes, os atores nascem dentro de redes e, são elas mesmas que conformam as instituições sociais, culturais e morais que orientam a ação.

Para HAESBAERT (2010), as concepções usuais de território se separam em três vertentes básicas: a jurídico-política, caracterizada pela dimensão material, concreta, onde existem formas de poder, como o poder político do Estado; a culturalista, composta pela dimensão simbólica, a qual é vista sobretudo como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço e; por fim, a econômica que é bem menos difundida e enfatiza a dimensão espacial das relações humanas e se destaca pelas relações capital-trabalho.

1.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento territorial é compreendido por sua amplitude e em algumas abordagens, por sua multidimensionalidade. Segundo ABRAMOVAY (2000, p. 6), o território possui uma ampla abrangência, não se limitando apenas a uma dimensão e pode ser caracterizado como uma "uma trama de relações com raízes

históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”, onde o território seria parte integrante do espaço de influência de uma sociedade, através de sua organização, sua cultura e práticas dentro de uma processo coletivo.

A interação e a proximidade social identificadas nas dinâmicas territoriais, através das relações específicas de atores e organizações, e com a valorização de seus conhecimentos, tradições e ecossistemas, são um componente fundamental para a dimensão territorial do desenvolvimento (ABRAMOVAY *et al.*, 2003).

2. METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão teórica que busca evidenciar, através de uma extensa pesquisa bibliográfica, as contribuições realizadas pelos sinais distintivos da agricultura familiar para promover o desenvolvimento territorial. Segundo OLIVEIRA (2007), a modalidade de estudo descrita pesquisa bibliográfica se dá em documentos de domínio científico, como livros, revistas, periódicos, ensaios críticos e artigos científicos. Ainda, a pesquisa bibliográfica recupera o científico sobre um problema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sinais estudados no artigo, como a confiança, a cooperação e os laços fracos e fortes, permitem que os agricultores familiares desenvolvam a si próprios e os demais que vivem em sua volta, e assim desenvolvam o território. Isso acontece pois esses sinais permitem que os agricultores familiares não fiquem estagnados, mas ao contrário, eles são os canais para que haja trocas não só materiais, mas culturais, de experiências e acima de tudo, de progredirem no território. Com isso, através dos laços, da reciprocidade e da cooperação, os agricultores familiares podem formar associações e cooperativas, e assim, qualificar mais o seu produto no mercado, participando de mercados mais dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações ou até de criarem novos mercados consumidores.

Ainda que os sinais encontrados na agricultura familiar sejam fundamentais para promover o desenvolvimento territorial, apenas eles não são suficientes para fomentar esse desenvolvimento. Tem de haver forças externas, investimentos vindos de fora do território, que junto com as forças internas, propiciam o desenvolvimento. No Brasil, em se tratando de agricultura familiar, essa força externa tem sua origem muitas vezes, nos programas governamentais, em forma de políticas públicas, como o PRONAF, o Bolsa Família, ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), entre outros.

4. CONCLUSÕES

Os sinais característicos encontrado na agricultura familiar, através da confiança, cooperativismo e laços fortes e fracos (GRANOVETTER, 1973), servem de base para que todas as ações adiante sejam possíveis de se realizar. Esses sinais estão interligados e a existência de um, prioritariamente, depende da existência de outro. Por exemplo, para a formação e a continuidade de uma cooperativa, é necessário que haja a confiança e a existência de laços fracos entre os cooperados. É através desses sinais que os agricultores familiares podem formar organizações, associações ou cooperativas, permitindo a expansão de seus

hábitos, de seus valores humanos, de suas culturas, e com isso, tornando-se chave principal para o desenvolvimento do território no qual ele está inserido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: CEPAL. **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília: DFID, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 159 a 177, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. In: **Revista Emancipação, Ponta Grossa**, 2007.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, 78(6): 1360-1380, 1973.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2010.

JEAN, Bruno. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia da PPGS/UFRGS**, v.6, 1994. P.51-75.

MALUF, Renato. Atribuindo Sentido a noção de Desenvolvimento Econômico, **Revista Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Edusp, 1974.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.